

Para onde vai O ensino da História? (II)

Ensino superior: que reforma?

Entre as razões expressamente apontadas para alterar o programa actual não se conta, é claro, o propósito de voltar ao antigo regime. Mas não pode deixar de causar uma certa perplexidade a ressurgência de XX um modelo que a muitos parecerá obsoleto, e as dificuldades levantadas a outro indiscutivelmente mais «moderno», oito anos depois de ter sido instaurado e de ter dado não poucas provas da sua eficiência em termos científicos.

José Mattoso \*

ENTRE os problemas que o ensino da História nas Universidades portuguesas actualmente suscita, merece especial relevo o dos programas seguidos nas Faculdades de Letras, num momento em que a maioria delas apresenta ao Ministério da Educação propostas de alteração do currículo criadas pelo Decreto-Lei n.º 53/78. Talvez seja bom averiguar se se justifica o ambiente de críticas generalizadas ao referido currículo, assim como a orientação que parece esboçar-se como alternativa.

O programa actual e as propostas de alteração

O currículo actual baseia-se numa opção simples e clara, mas de profundas implicações metodológicas: faz-se corresponder cada ano de ensino a uma das quatro épocas tradicionais — antiga, medieval, moderna e contemporânea. Na primeira, a redução da carga informativa específica permite consagrar uma parte importante do

tempo a duas cadeiras propedéuticas fundamentais: a «Teoria das Fontes» e «Métodos Quantitativos»; no terceiro e quarto acrescentam-se respectivamente duas cadeiras especiais: «História dos Descobrimentos e da Expansão» e «Teoria da História». Em cada uma das épocas do segundo, terceiro e quarto anos divide-se a matéria histórica em «História de Portugal», «Económica e Social», «Institucional e Política» e «Cultural e das Mentalidades». Não é difícil reconhecer os pressupostos conceitual do sistema.

Pelos contactos que tenho tido com docentes de outras Faculdades diferentes da minha, creio que se esboça um movimento no sentido de reunir numa só a matéria da «História Económica e Social» e «Institucional e Política», reservando o espaço assim conquistado para tornar obrigatórias cadeiras que até agora eram opcionais, principalmente a «Paleografia», a «História do Brasil», a «História do Cristianismo» e outras semelhantes. Não é difícil reconhecer nestas opções alguns traços do modelo vigente antes de 1974. Parece também generalizado um movimento que tende a suprimir a cadeira de «Métodos Quantitativos» e a alterar o âmbito do «Teoria das Fontes», ou mesmo a fundir o seu conteúdo com a «Teoria da História», tendência cujo sentido coincide igualmente com o do mesmo modelo. Finalmente, o leque de opções, que o Decreto-Lei n.º 53/78 previa bastante alargado, e que, na prática, era muito menos, em virtude de no total se exigirem apenas três cadeiras livres, e sobretudo por as restrições orçamentais tornarem muito limitado o recrutamento de professores, torna-se, nas referidas propostas simples condimento quase ornamental do sistema.

deira de «Métodos Quantitativos» e a alterar o âmbito do «Teoria das Fontes», ou mesmo a fundir o seu conteúdo com a «Teoria da História», tendência cujo sentido coincide igualmente com o do mesmo modelo. Finalmente, o leque de opções, que o Decreto-Lei n.º 53/78 previa bastante alargado, e que, na prática, era muito menos, em virtude de no total se exigirem apenas três cadeiras livres, e sobretudo por as restrições orçamentais tornarem muito limitado o recrutamento de professores, torna-se, nas referidas propostas simples condimento quase ornamental do sistema.

Razões para mudar?

Entre as razões expressamente apontadas para estas alterações não se conta, é claro, o propósito de voltar ao Antigo Regime. Mas não pode deixar de causar uma certa perplexidade a ressurgência de um modelo que a muitos parecerá obsoleto. Também não se pode deixar de ficar surpreendido com as dificuldades levantadas a outro modelo indiscutivelmente mais «moderno», oito anos depois de ter sido instaurado, e de ter

dado não poucas provas da sua eficiência em termos científicos (lembram-se, por exemplo, a quantidade de trabalhos académicos de grande nível e de grande modernidade produzidos nas universidades, em contraste com a pobreza do panorama anterior a 1974). Quer isto dizer as ideias dos inspiradores do Decreto não eram tão comuns ou não estavam assimiladas como poderia parecer à primeira vista?

As razões expressas concentram-se mais insistentemente nos inconvenientes de uma quase inevitável repetição de matérias quando a mesma época histórica se encara de três pontos de vista diferentes (ou quatro, contado com o ponto de vista de «História de Portugal»), e na ideia de que o contacto directo com as fontes impõe a obrigatoriedade da cadeira de «Paleografia». O exemplo de outros países, também por vezes invocado, dificilmente se poderá considerar-se não como pretexto, uma vez que se omite quase sempre uma consideração fundamental neste caso, que é a geral importância que neles têm os cursos mais ou menos opcionais. Quero com isto dizer que só seria legítimo invocar tais exemplos se se reduzisse o número de cadeiras obrigatórias para aumentar as opcionais.

Argumentos pedagógicos

Devo dizer que considero as tendências apontadas como uma re-

gressão deveras lamentável. Os argumentos referidos acima parecem-me resultar de um ocultamento dos verdadeiros problemas. Considero estes, com efeito, mais de natureza pedagógica do que científica. Ou seja, as críticas baseiam-se no falso princípio de que as repetições dos mesmos temas sob diversos pontos de vista e por docentes diferentes são pedagogicamente prejudiciais. Ora a mim parece-me que são vantagens, mesmo deste ponto de vista, porque convidam a uma visão crítica e aprofundada dos problemas. Partir do princípio que o aluno fica desorientado pelas eventuais contradições dos seus professores compreende-se a anunciar a esta vantagem (a contradição das divergências obriga o aluno a pensar os argumentos e a exercer a crítica) e a considerar o aluno como «menor», incapaz de raciocínio e desejoso de alcançar uma «verdade» histórica unívoca ou mesmo absoluta. Pressupostos obviamente lamentáveis.

Não quer isto dizer que se devem considerar espontaneamente resolvidos os problemas pedagógicos decorrentes do currículo aqui defendido. Creio, de facto, que haverá toda a vantagem em procurar uma certa coordenação dos programas de cada um dos docentes do mesmo ano lectivo. E só os inveterados hábitos de individualismo que todos conhecemos e lamentam podem explicar que ela se não faça. A coordenação está, de resto, prevista e cometida à responsabilidade dos catedráticos das respectivas áreas pelo Estatuto da Carreira Docente, numa prescrição que creio tem sido interpretada erradamente como visando a restauração do antigo sistema de vigilância do catedrático sobre os seus assistentes e não como o convite à melhoria das condições pedagógicas de ensino.

«Paleografia» ou «Métodos Qualitativos»

A substituição da cadeira de «Métodos Quantitativos» pela de «Paleografia» parece-me especialmente contestável. Partindo do princípio que o curso de História não se destina a formar grandes quantidades de investigadores, mas princípios básicos da metodologia histórica a com uma gama diversificada de conhecimentos susceptíveis de aprofundamento, conforme as áreas e que os licenciados se destinam, torna-se evidente que é preferível introduzi-los nos métodos que os ensinam a seleccionar



Prof. José Mattoso

e classificar os dados históricos, em ordem à construção interpretativa que o discurso histórico sempre contém, do que ensinar a ler os documentos originais, o que, por si só, não permite (ao nível da licenciatura) nada mais do que receber empiricamente o material sem o das épocas passadas. Ter de escolher entre a «Paleografia» e os «Métodos Quantitativos» significa ter de optar por uma obrigatória aprendizagem do rigor (o rigor exigido pela quantificação), ou, alternativamente, pelos rudimentos de uma técnica que a maioria dos alunos não usará nunca na sua profissão.

Melhoramentos possíveis

Sem querer pôr em causa decisões já tomadas, depois de não pequena ponderação, por outras faculdades, não posso deixar de afirmar que não vejo, portanto, nenhuma razão pedagógica nem cien-

tífica para alterar o programa actual. Se alguma modificação se lhe deve fazer, deveria consistir apenas no alargamento da quantidade de matérias opcionais, mesmo com o sacrifício das obrigatórias. A escolha daquelas condicionaria as possibilidades de concursos aos ramos profissionais com elas relacionados e a que a licenciatura em História poderia dar acesso, condicionaria também o ingresso aos diversos ramos dos mestrados, conforme a área da sua especialização.

Se as propostas de alteração a que acima aludi e critiquei vierem a ser aceitas, que se permita, em todo o caso, às faculdades que o desejarem, manterem o currículo actual e não se exija a uniformização. A presença de vários programas teria pelo menos a vantagem de se acabar por verificar, na prática, e ao fim de um lapso de tempo suficiente, quais as faculdades que obtiriam melhores resultados científicos.

Periculado de faculdade de licenciaturas

Table with 31 rows and 1 column, likely a page index or table of contents.